

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL

Fábio Marques Bezerra ¹

INTRODUÇÃO

A inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar é um tema ainda bastante complexo, já que envolve um conjunto constituído pela escola com seus atores, a própria pessoa com deficiência, sua família e a sociedade como um todo. Este processo é o resultado de um movimento mundial em que se busca promover a equidade no sistema de ensino, que para além da garantia legal do direito à inclusão, busca eliminar as barreiras que dificultam o acesso e a permanência destas pessoas nas escolas regulares. Entretanto, continua sendo um desafio sair da teoria e partir para a execução de práticas escolares, em muito decorrentes de atitudes que são tomadas para esse público.

Diante das vivências nos anos de atuação docente e das leituras na área da educação inclusiva, foi possível constatar que, para além do avanço nas políticas públicas de inclusão na educação, que em muito se limita às adequações arquitetônicas nas estruturas prediais e algumas adaptações nas avaliações formais, ainda é notório avistar que, muitas vezes, o processo de inclusão do estudante com alguma deficiência fica prejudicado quando este encontra barreiras de preconceito e estigmatização referente à sua condição ou patologia traduzidas, por vezes, na exclusão social no ambiente escolar (Diniz, 2007).

Assim, a realização desta pesquisa se deu pela importância de questionar as dimensões da acessibilidade atitudinal voltadas aos estudantes com deficiência no SCMB, contribuindo de maneira institucional, profissional e social quanto ao (re)dimensionamento sobre as posições tomadas no intuito de remover as barreiras da discriminação social no ambiente escolar, além de servir como provocação para exequíveis aprofundamentos a respeito do tema.

Nesse sentido, observando o desafio constituído pelas diferenças entre o dizer e o fazer pedagógico no âmbito inclusivo – englobando o que é determinado em aspectos normativos –, em face de atitudes direcionadas ao público-alvo da Educação Especial, buscou-se analisar a situação da acessibilidade atitudinal de estudantes com deficiência diante da apresentação das diretrizes pedagógicas específicas dessa modalidade de ensino no âmbito do SCMB.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Mestrando pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva da Universidade de Pernambuco – PROFEI/UPE, fabio.mb1@gmail.com

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para a pesquisa em desenvolvimento, propôs-se a abordagem qualitativa, construída a partir da interação entre a pesquisa bibliográfica (tendo livros, artigos e produções acadêmicas como suporte argumentativo) e a pesquisa documental (com análise das Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial do SCMB, do Projeto Político-Pedagógico Integrado do SCMB e da Portaria DECEX/CEX n. 469), trabalhando com o universo de significados, motivos, valores e atitudes (Minayo, 2002) que permeiam as relações, inter-relações e contradições que estão envoltas no processo de inclusão dos estudantes com deficiência no SCMB.

De modo complementar, esta é uma pesquisa de caráter exploratório, proporcionando maior familiaridade com o problema (Minayo, 2002) a partir dos dados acerca das concepções e práticas atitudinais direcionadas aos estudantes com deficiência que constituam o corpo discente dos colégios militares do país e que estejam refletidos nos documentos relacionados à Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

Após a coleta dos dados, foi realizada uma categorização e sistematização englobando os achados empíricos, de modo a contemplar os aspectos legais, operacionais e pedagógicos que reflitam a acessibilidade atitudinal e o enfrentamento de barreiras ligadas aos estigmas e preconceitos direcionados aos estudantes com deficiência.

REFERENCIAL TEÓRICO

As concepções sobre a deficiência mudaram ao longo do tempo. Mas entre a dicotomia normal/anormal dos corpos e naturalização da inferioridade da pessoa com deficiência estabelecida pelo modelo médico e as críticas demarcadas pelo modelo social de deficiência tendo em vista as experiências interativas quanto aos facilitadores e às barreiras encontradas, emergiu a visão da necessidade de outros olhares (Diniz, 2007), de modo a repercutir naquilo que não seria a “normalidade” demarcada pelo modelo médico, a exemplo das deficiências.

Compreender a pessoa com deficiência como uma diferença, e não como um déficit, implica diretamente em um redimensionamento epistemológico, histórico e político sobre as percepções e ações acerca desse indivíduo, pois a diferença deve ser compreendida, aceita e respeitada. Ou seja, a lente sobre a qual se escolhe ver a deficiência reflete nas ações frente aos estudantes com alguma deficiência. Logicamente que esse novo olhar sobre a pessoa e o

estudante com deficiência incide sobre a discussão de algumas temáticas associadas. Uma delas se refere à acessibilidade.

Conforme a Lei n. 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), a acessibilidade é vista como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários e equipamentos, bem como de serviços e instalações de uso público ou privado de uso coletivo. Isto é, é o direito que garante às pessoas com deficiência viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social (Brasil, 2015). De forma oposta, vem o conceito de barreira, que essa mesma lei considera como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, impedindo o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, dentre outros.

De todos os tipos de barreiras, destacam-se as atitudinais, trazendo para reflexão a possibilidade de que essas sejam erguidas em consequência de atitudes discriminatórias, e que, em razão da deficiência, verifica-se que a discriminação se constitui como as diferentes formas de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, com o intuito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência (Brasil, 2015).

Nesse sentido, entender a acessibilidade atitudinal, ou seja, as práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações (Sassaki, 2010) se torna importante no estabelecimento de políticas de inclusão, especialmente nas escolas.

Apesar de todos os avanços e conquistas no âmbito da educação inclusiva, o que tem se verificado ainda é que, mesmo diante de políticas de inclusão, os estudantes com deficiência ainda são vistos como um “mistério” no âmbito da educação, o que gera atitudes de segregação e de limitação às possibilidades. Mesmo com a existência de aparatos legais e políticas públicas de inclusão, ainda se tem o trabalho educacional com esses estudantes como um processo subjetivo, o que acaba não garantindo a eficácia ou efetividade na qualidade das relações e das vivências interpessoais no dia a dia escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), integrante do Sistema de Ensino do Exército, composto pelos Colégios Militares, presta o ensino preparatório e assistencial, nos

níveis fundamental (anos finais) e médio, aos dependentes de militares e aos concursados, além de capacitar os alunos para o ingresso nos estabelecimentos de ensino superior militares e civis, em cumprimento às legislações federais de ensino (Teixeira, 2018).

Em 2015, a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), a qual os Colégios Militares são subordinados, publicou as Diretrizes para a Educação Especial no SCMB, que orientaram os Colégios Militares no que tange às medidas pedagógicas para a implantação da Educação Especial e Inclusiva e determinou a criação da Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), para prestar o apoio pedagógico especializado ao público-alvo e das Salas de Recursos, com meios especiais necessários à educação especial e inclusiva (Ministério da Defesa, 2015). Para atender às demandas dos estudantes da Educação Especial, a Portaria n. 53/2016 ampliou a atuação das Seções de Apoio Pedagógico (SAP), disponibilizando, de modo regular, as atividades de reforço escolar no contraturno, e a Portaria n. 469/2023 atualizando as normas administrativas e pedagógicas da SAEE (Ministério da Defesa, 2022; 2021).

Com as Diretrizes Pedagógicas para Educação Especial no SCMB, de 2015, esmiuçou-se o disposto nas legislações sobre a Educação Especial e Inclusiva do Ministério da Educação, e foram estabelecidos o público-alvo da modalidade de ensino e a organização e competências pedagógicas da SAEE, sendo ela composta por uma equipe de profissionais especializados (psicólogo, pedagogo, assistente social, psicopedagogo e professores de diversas áreas) atuantes na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Também trouxe a confecção e execução do Plano Educacional Individualizado (PEI) e de Currículos Adaptados para os alunos com necessidades educacionais específicas como proposta de rotina pedagógica.

Diante do entendimento da acessibilidade atitudinal e da análise dos documentos que são pertinentes a essa pesquisa, foram encontradas algumas barreiras que remetem à sua forma operacional e que precisam evoluir no sentido da inclusão escolar: 1) há a falta de conhecimento e de formação acadêmica do corpo docente a respeito das necessidades educacionais específicas e de inclusão, o que remete à possível falta de consciência sobre o seu papel diante da realidade dos estudantes com alguma deficiência, uma vez que boa parte desses professores não teve em sua formação acadêmica ou profissional nenhum componente curricular ou evento de formação continuada de maneira extensiva e em logo prazo sobre o assunto; 2) paralelamente às carências dos professores, há a falta de conhecimento por parte dos demais agentes de ensino, inspetores, monitores, comandantes de Companhias de Alunos, técnicos de laboratório e pedagogos em todos os níveis; 3) ocorre a inexistência de mediadores para o atendimento das necessidades dos estudantes com deficiência em sala de aula; 4) falta de conhecimento dos professores com relação à adaptação do currículo, de metodologias colaborativas, da utilização de tecnologias

assistivas e da realização de atividades e avaliações adaptadas às necessidades do público-alvo da Educação Especial (Ministério da Defesa, 2022; 2015).

Na medida de minimizar as dificuldades encontradas quanto à educação na perspectiva inclusiva e capacitar os integrantes do SCMB, os documentos norteadores registram estratégias e ações que devem ser conduzidas pelos colégios militares, a saber: 1) realização anualmente da Semana de Educação Inclusiva, composta por palestras de especialistas e famílias de alunos com deficiência, mostra artística dos estudantes atendidos pela SAEE e atividades diversas no âmbito da Educação Física; 2) em parceria com Instituições de Ensino Superior, oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial e Inclusiva aos professores militares de carreira e temporários e professores civis; 3) redimensionamento de estruturas arquitetônicas como forma de eliminação de barreiras arquitetônicas (visualmente servindo como elemento objetivo para os estudantes com e sem deficiência quanto às atitudes para a inclusão de todos); e 4) oferta de complementação pedagógica pela SAEE na Sala de Recursos Multifuncionais (Ministério da Defesa, 2022; 2015).

Apesar dessas medidas explicitadas nos documentos, alguns pontos precisam de uma melhor observação, por sua ausência ou falta de detalhamento para a condução de práticas que sejam ligadas à acessibilidade atitudinal como princípio basilar para as estratégias e ações a serem adotadas quanto às demais acessibilidades levantadas por Sasaki (2010). Isso inclui uma massiva conscientização sobre a inclusão para a formação holística de estudantes, professores e demais agentes de ensino de maneira contínua (não se limitando à Semana de Inclusão) a partir do aumento da frequência e da disponibilidade de ciclos de palestras, visitas a outras instituições de ensino com significativa experiência, práticas de trabalho com estudantes com deficiência e uso do tema no contexto dos componentes curriculares. Além disso, é necessário padronizar o Plano Educacional Individualizado (PEI), as avaliações e os currículos alternativos a fim de facilitar o trâmite administrativo-pedagógico por ocasião da transferência entre os colégios militares, além de servir de base e amparo ao atendimento continuado dos estudantes atendidos pela SAEE, prever a contratação de mais profissionais especializados (a exemplo do acompanhante terapêutico), bem como ampliar a conscientização para a inclusão com os pais e/ou responsáveis, convidando as famílias a reuniões e eventos com especialistas na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o SCMB vive um processo desafiador, que é a inclusão da pessoa com deficiência. Para além do atendimento legal e legítimo da inclusão, esse sistema educacional

busca consolidar estratégias e ações que lidem com a acessibilidade atitudinal a partir do âmbito interno, com investimentos em qualificação profissional e eventos pedagógicos. Notou-se, pois, que há um direcionamento para efetivar um novo olhar sobre os estudantes com deficiência no Sistema principalmente a partir da (re)construção do fazer docente. Todavia, alguns problemas operacionais ainda não são evidenciados nos documentos norteadores da Educação Especial na perspectiva inclusiva, o que sugere uma progressiva implementação de ações metodológicas, curriculares e avaliativas que busquem tecer em um mesmo fio os discursos e as práticas sobre a inclusão educacional de estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Acessibilidade atitudinal; Sistema Colégio Militar do Brasil; Inclusão; Deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 18 mai. 2018.

DINIZ, D. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. **Portaria DECEX/C.Ex. n. 469, de 21 de dezembro de 2022.** Aprova as Instruções Reguladoras da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva nos Colégios Militares. Brasília: DECEX/Comando do Exército, 2022.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. **Projeto Pedagógico 2021-2025 – Sistema Colégio Militar do Brasil.** Brasília: DEPA/Exército Brasileiro, 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. **Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB.** Brasília: DEPA/Exército Brasileiro, 2015.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

TEIXEIRA, L. S. **Educação Especial e inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil: perspectivas e desafios.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto de Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.